



Universidade: presente!



XXXI SIC

21.25. OUTUBRO. CAMPUS DO VALE

VOTOS, POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA E SEUS IMPACTOS NO BRASIL:

Uma análise da alocação de emendas parlamentares individuais destinadas aos municípios

Lidia Nicole Ten Cate¹ e André Marengo²

INTRODUÇÃO

Emendas parlamentares são projetos que propõem alterações no texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e tem suas regras estabelecidas pela Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional. São uma forma de aumentar os recursos disponíveis e possuem grande discricionariedade na sua proposição. Em municípios estes recursos tendem a ter maior visibilidade uma vez que as realizações são mais perceptíveis aos olhos dos cidadãos. Somando-se as características citadas a alocação destes recursos pode ser relacionado a disputa por votos (DOWNS,1999), utilizando-se das emendas como instrumento na busca por maximização do apoio político. O estudo apresentado tem como objetivo identificar padrões na alocação de emendas orçamentárias individuais destinadas aos municípios. A análise considera como fatores potencialmente explicativos a utilidade social onde seriam destinadas para municípios com maior desigualdade e baixo desenvolvimento humano e a lógica de racionalidade eleitoral que busca maximização de votos (AMES, 2003). O objeto de estudo é o projeto de lei orçamentária federal de 2015.

METODOLOGIA

A metodologia empregada partiu da confecção de um banco de dados, análises descritivas e de correlação entre o recebimento de emendas e características sociais, demográficas e eleitorais. O banco contou com informações extraídas das bases de dados do Portal da Transparência e do perfil de municípios do IBGE para 4965 municípios, sendo dentro deste grupo 824 beneficiários de emendas. Foram modeladas regressões para analisar condicionantes do recebimento de emenda (tabela 1-regressão logística) e também para mensurar vantagens eleitorais relacionadas ao recurso recebido pelo município (tabela 2- regressão linear).

RESULTADOS

As análises descritivas apontaram que dentre os municípios beneficiados por emendas no período aqueles com população entre 20 mil e 100 mil tiveram maior representação do que a proporção real deles no conjunto total de municípios.

Tabela 1- Variável Dependente: Município recebeu emenda (1) não recebeu emenda (0) individual no PLOA de 2015

Variável Independente*	Exp (B)	Análise
Continuidade partidária 2008 -2012	0,782	Diminuiu em 22% a chance de recebimento de emenda
%cargos em comissão na administração direta	3,871	Aumenta em quase três vezes a chance de recebimento de emendas
Coefficiente de Gini	6,155	Aumenta mais de cinco vezes a chance de recebimento de emendas

Fonte: elaboração própria

Tabela 2- Variável dependente % de votos obtidos pelo (a) vencedor(a) na eleição 2016

Variável Independente*	B	Análise
Receber emenda em 2015 (1) não receber (0)	2,449	Aumentou em média 2,5% o percentual de votos recebidos nas eleições municipais de 2016
Número de funções beneficiadas por emenda no município	(-)-1,876	Cada função a mais beneficiada diminuiu em 1,88% o percentual de votos recebidos nas eleições municipais de 2016

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese de uso da racionalidade do voto mostrou-se válida até o momento, onde o recebimento apontou para maior margem de pontos percentuais na vitória dos/as prefeitos/as. Próximas análises considerarão partidos: dos deputados que alocam as emendas e dos prefeitos. O estudo se projeta no campo das políticas públicas como uma maneira de mensurar a forma como a política orçamentária vem sendo empregada, dessa forma se insere no contexto de conhecimento da dinâmica de alocação de recursos discricionários.